

ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Presta homenagem aos despachantes catarinenses; defende a Defensoria Dativa.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute três projetos de sua autoria.

DEPUTADO DANIEL TOSSO (aparte) - Solidariza-se com o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o processo das eleições de 2012.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se a respeito do programa Minha Casa, Minha Vida.

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO (aparte) - Congratula-se com o deputado Padre Pedro Baldissera.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Defende a ministra Ideli Salvatti.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se à reunião do Fórum Catarinense, em Brasília.

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Manifesta preocupação com a seca no oeste.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Reporta-se aos procedimentos demarcatórios de áreas indígenas.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Manifesta-se com relação à BR-101.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Solidariza-se com o deputado Manoel Mota.

Ordem do Dia

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Encaminha a votação da Mensagem n. 0446/2012.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Encaminha a votação da Mensagem n. 0446/2012.

Explicação Pessoal

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Presta homenagem a Jorge Konder Bornhausen.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. parlamentares, vamos suspender a presente sessão para que as comissões possam dar continuidade aos trabalhos que estão em andamento, retornando tão logo elas os concluem.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito em primeiro lugar o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero registrar que ontem, por proposição da nossa bancada, aconteceu uma sessão especial em comemoração aos 35 anos da Associação dos Despachantes do Estado de Santa Catarina, a Adotesc. É uma classe importantíssima, que presta relevantes serviços à sociedade catarinense, demonstrando que a iniciativa privada pode suprir de várias formas algumas ações do serviço público, porque o estado tem que ter uma preocupação voltada à Saúde, à Educação e à Segurança Pública.

Gostaria de dizer ainda que os despachantes prestam um relevante serviço e que hoje podemos contar ainda com a Creditran, uma cooperativa criada pela associação para agilizar as

atividades, os pagamentos e facilitar a vida do cidadão.

Ontem não pudemos participar da sessão em homenagem aos despachantes, mas queremos render-lhes as nossas homenagens. Estávamos numa solenidade não menos importante em Lebon Régis, homenageando a Apae do município, que presta relevantes serviços à comunidade. Fui convidado de forma muito carinhosa e não pude deixar de comparecer àquele evento de onde saí muito feliz, tendo em vista o trabalho lá realizado pelos alunos, professores e pela direção.

Também gostaria de informar que hoje teremos uma audiência pública muito importante na Câmara de Vereadores de Itajaí e lá estaremos a convite do vereador Luiz Carlos Pissetti. A Câmara vai debater um assunto primordial, a falta de mobilidade urbana, principalmente a necessidade da duplicação da rodovia Antônio Heil que, assim como a BR-470 e as demais estradas do vale do Itajaí, está com excesso de tráfego. Segundo os estudiosos, em dez anos Santa Catarina terá 1,5 milhão a mais de veículos, e precisamos urgentemente tratar dessas questões.

Voltando de Lebon Régis, ao chegar a Rio do Sul, para pegar a BR-470 é preciso, necessariamente, entrar em uma fila para não correr riscos, mesmo porque de dez em dez quilômetros mais ou menos há radares sendo implantados, e os motoristas terão que se habituar a dirigir dentro dos limites pelo órgão de trânsito.

Hoje, na sessão da manhã, falei de outro acesso que entendo como importantíssimo. Refiro-me à TransBeto, deputado Kennedy Nunes, uma rodovia pela qual circulam milhares de pessoas do Brasil inteiro que se dirigem ao Parque Beto Carreiro World. Ela foi iluminada e ficou uma rodovia bonita. Infelizmente, a ação de ladrões para roubar os fios de cobre a deixou sem iluminação. Até se busca uma solução e sei que o Deinfra está estudando para fazer uma fiação aérea. Mas podem ter certeza de que eles vão jogar pipa para tentar tirar os fios. Então, são necessárias câmeras de

vigilância, porque aquela rodovia que projeta a imagem de Santa Catarina para todo o Brasil, infelizmente, está abandonada.

Sei que o secretário Valdir Cobalchini tem olhado com carinho essa questão e vai tentar resolvê-la, porque a TransBeto é mais uma das rodovias que precisam de atenção.

Pela manhã, sr. presidente, também abordei a minha preocupação com a questão da Defensoria Dativa, já que os advogados não estão mais aceitando nomeação, nem podem, porque a lei que amparava o pagamento à OAB, que fazia um excepcional atendimento à população catarinense, foi julgada inconstitucional.

Agora esse sistema vai ser substituído pela Defensoria Pública, que é mais burocratizada, necessita de concurso público de acesso, o que vai fazer com que o estado fique com um sistema capenga, que não chegará a todos os municípios. Além de capenga, será caro e não dará a atenção e o atendimento que a Defensoria Dativa dava. Mas a lei foi considerada inconstitucional, repito, não há como o estado continuar adotando esse sistema nem fazendo o pagamento aos profissionais da OAB desse novo período.

Então, é preciso discutir uma solução de transição, e vejo que a única forma de atender a todo o estado de Santa Catarina é através de um sistema híbrido, com uma Defensoria Pública que trabalhe em conjunto com a OAB, dando oportunidade aos advogados que desejarem de prestar serviços aos cidadãos mais carentes, porque não há as mínimas condições de termos um número elevado de defensores concursados para que atenda a todas as regiões do nosso estado.

Então, quero ressaltar novamente o trabalho que é feito pela OAB, tanto que os advogados continuam a defender a população nas questões para as quais foram nomeados quando a lei ainda estava em vigor, mas agora não podem mais aceitar a nomeação. Não existe lei para um aparo legal nem para regularizar a situação nem para efetuar o pagamento.

Então, vejo que esses são assuntos prementes para o estado de Santa Catarina, no sentido de esta Casa junto ao Executivo buscar soluções. O governador já determinou e a Procuradoria do Estado já estuda um projeto de implantação, para que a população volte a ser assistida pelo sistema de defensoria quando tiver os seus direitos violados ou quando quiser reivindicar seus direitos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que estão aqui, venho hoje falar sobre três projetos de lei a que demos entrada e que consideramos de extrema importância para Santa Catarina.

O primeiro é o Projeto n. 0139/2012, que cria o programa Mutirão da Liberdade e dá outras providências.

Estamos conversando com o Tribunal de Justiça para que possamos fazer um mutirão para tentar desafogar as nossas penitenciárias, principalmente no quesito dos internos, onde há as mulheres que estão passando por dificuldades enormes. Muitas delas já cumpriram totalmente a pena, outras têm direito à progressão de regime, outras estão com tempo excessivo de prisão preventiva e provisória, mas muitas vezes, por falta de um advogado, acabam pagando além do que devem pagar, o que ajuda a superlotar os nossos presídios.

Estamos conversando com o Tribunal de Justiça para que possamos fazer esse mutirão todos os anos, durante a última semana dos meses de janeiro e de julho, mesmo porque essa é uma prática já feita em outros estados.

Agora estamos com um processo em Santa Catarina, e v.exa. falou há pouco com relação aos advogados da Defensoria Dativa, porque ficou um hiato, pois temos um prazo determinado pela Justiça para implantar a Defensoria Pública, e os

advogados da Dativa que fazem o atendimento estão reclamando que o estado não paga. Por conta disso, algumas consequências graves acontecem, principalmente para quem depende dos advogados dativos e para quem está pagando pelos seus crimes nos presídios ou penitenciárias.

Então, o Projeto n. 0139/2012 cria o programa Mutirão de Liberdade, exatamente no sentido de um serviço voluntário de advogados, entidades de direitos humanos e religiosas, na defesa da população carcerária, para que possam ser trabalhadas as seguintes questões: cumprimento total da pena, com direito adquirido de liberdade, direito de progressão de regime, com livramento condicional, com o cumprimento de um terço da pena, de acordo com art. 83 do Código Penal, e ainda o prazo excessivo de prisões preventivas ou provisórias em que a ré aguarda julgamento.

Entendo que esse é um projeto importante para que possamos minimizar o problema que temos em Santa Catarina de superlotação de presídios, principalmente dando ao cidadão que cometeu algum crime, que fez aquilo que não deveria fazer, mas pagou, o cumprimento da lei.

O outro projeto, o de número 0168/2012, fala, deputada Ana Paula Lima, de algo que tenho certeza v.exa., pela sua formação, sabe muito bem o que é, a tal da automedicação.

As pessoas que não têm plano de saúde e têm dificuldade para acessar ao SUS se automedicam. Isso faz com que um terço das internações, deputado Plínio de Castro, sejam por automedicação, produzidas principalmente por antiinflamatório, analgésicos, antibióticos, que não são receitados por médicos, são receitados pelo amigo, pelo Fulano, Beltrano, Sicrano.

Acreditamos que esse é um tema de extrema importância. E percebe-se que a maioria das pessoas que se automedicam e vão parar nos hospitais são pessoas da classe média alta. Ou seja, aquela desculpa de que o camarada comprou um remedinho, automedicou-se porque não teve condições financeiras de pagar um médico, não é

verdadeira. É a classe média alta que mais se automedica.

Então, entramos com esse Projeto de Lei n. 0168/2012, instituindo no estado de Santa Catarina uma Campanha Estadual de Conscientização e Combate à Automedicação.

Estou falando aqui, mas eu me automedico. Quem é que não se automedica? Vai ver no meu carro se não tenho analgésicos? E automedicamo-nos porque fomos criados assim. Temos essa cultura de se automedicar. Quem é que vive sem a "Neosa"? Apareceu a dor de cabeça, para mim só a "Neosa" resolve. A tal da Neosaldina.

Então, não adianta! Então, a nossa geração é uma geração perdida, deputado Daniel Tozzo, ela é automedicável e não tem jeito. Somos de uma geração em que a automedicação não é como era antigamente, das xaropadas, das garrafadas, dos chás. Somos da automedicação química, que ferra principalmente o fígado. Mas podemos utilizar a campanha e através dela criar outra geração que venha com mentalidade diferente, como é a geração dos nossos filhos, uma mentalidade ecologicamente correta. Talvez possamos ter uma geração com uma mentalidade um pouco melhor do que a nossa mentalidade com relação à automedicação.

Por fim, gostaria de falar sobre o Projeto de Lei n. 0127/2012.

Eu, por ser presidente da comissão de Proteção Civil desta Casa, tenho-me preocupado muito com essa situação. E fizemos esse projeto que cria semanas de prevenção e de combate às enchentes e a outros fenômenos da própria natureza, como a seca, no caso do oeste, para que possamos incutir nas crianças da rede estadual de ensino a cultura da prevenção.

Quando falamos em prevenção aqui em Santa Catarina, não podemos deixar que a geração que está vindo aí tenha a mesma cultura, sem prevenção nenhuma, na questão da seca no oeste, por exemplo. Precisamos colocar na cabeça das pessoas que é preciso guardar a água para os momentos de estiagem. Já para nós, do litoral, é preciso criar

a cultura da prevenção, para não construir em lugares alagadiços, ribeirinhos, em morros.

Precisamos ter a cultura de prevenir, e acreditamos que, através dessa semana de prevenção, todo o ambiente que será criado irá abrir um pouco mais a mentalidade dos catarinenses, principalmente dessa geração que está vindo, a geração futura.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Muito obrigado, deputado Kennedy, parabenizamos a sua fala e complementando a informação quanto à seca oeste, há escolas agrícolas em Santa Catarina, acho que a maioria delas, que sequer têm cisterna!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - A sua fala mostra a realidade e por isso precisamos trabalhar a prevenção, para que mude os conceitos. No caso da seca, não podemos esperar somente que São Pedro nos auxilie. Temos chuvas de três a quatro vezes mais do que na Austrália e passamos necessidades todos os anos.

Sr. presidente e srs. deputados, prevenir ainda é o mais barato!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Kennedy.

O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, venho a esta tribuna, nesta tarde, para refletir sobre o grande momento democrático eleitoral no qual estamos entrando. E a nossa vida política, a nossa ação, o nosso trabalho, está muito vinculado ao processo das eleições de 2012, pois é a oportunidade que a sociedade tem de escolher os seus dirigentes municipais, tanto os que irão legislar, que são os vereadores e vereadoras, quanto os que irão governar, que são os prefeitos e prefeitas.

Muitas vezes, à noite, pela madrugada, nos finais de semana, as pessoas chegam até o vereador, até o prefeito, para reclamar suas questões na área de saúde, na área de serviços, e no interior é muito forte o serviço de máquinas para atender aos agricultores nas estradas. Então, essa é a oportunidade que temos, através desse processo democrático construído a duras penas e com muita luta em nosso país, deputado Reno Caramori, para escolher os nossos representantes municipais.

As lideranças do nosso partido estão também se organizando. Eu estou na coordenação do GTE, Grupo de Trabalho Eleitoral, nos finais de semana, ocasião que aproveitamos para discutir e articular. O PT vem-se preparando com grandes lideranças pelo estado afora, discutindo os melhores nomes, que tenham os melhores projetos para a sociedade.

É importante registrar esse grande momento em que o Brasil vem debatendo a possibilidade de mudanças no processo eleitoral, de não termos eleições a cada dois anos, mas, quem sabe, a cada quatro, cinco anos, num mesmo momento, com eleições gerais no país.

Eu tenho meus questionamentos, deputada Ana Paula Lima, se de fato estamos preparados para eleger desde o vereador até o presidente da República, como acontece em outros países. Acho que precisamos preparar a sociedade, porque a eleição municipal normalmente toma conta de todo o processo e a eleição estadual e federal pode tornar-se secundária.

Por isso, precisamos refletir muito em relação ao debate da reforma política e analisar com muito carinho, com muita tranqüilidade se devemos unificar o processo eleitoral no Brasil.

Outra questão muito forte e que está batendo todo dia à nossa porta diz respeito ao financiamento de campanha, de como se dá hoje o financiamento das nossas campanhas. Temos avançado e discutido muito isso, e este deputado com muita segurança defende o financiamento público das campanhas.

É lamentável o que está havendo por aí afora, a forma como as campanhas são financiadas. Infelizmente, grande parte dos financiamentos continua acontecendo pelo caixa dois, pela iniciativa privada que financia o candidato, mas depois quer retribuição desse financiamento. E muitas vezes os eleitos são dominados pelo poder econômico, porque foram financiados por esse esquema.

A democracia requer igualdade de direitos nas disputas eleitorais, porque nenhum operário, nenhum trabalhador tem condições de deixar o seu trabalho, abandonar sua propriedade, para ir a uma campanha utilizando colocando seus poucos recursos para disputar uma eleição.

Quem hoje está financiando as campanhas? Como as campanhas são financiadas? Aí há a preocupação da sociedade: "Ah, vamos colocar dinheiro público nas campanhas?" Mas o que acontece nas campanhas hoje? Essa é uma reflexão que precisa ser feita neste momento em que nos aproximamos de uma eleição tão importante, quando vamos eleger os representantes que irão governar os municípios e fazer as leis nas Câmaras de Vereadores, mas infelizmente os nossos deputados federais não estão enfrentando no debate da reforma política a questão do financiamento público de campanha.

Volto a falar sobre um tema que vem preocupando a sociedade catarinense: a segurança pública. A cada dia vemos deputados, deputadas, pessoas levantando desta tribuna e pelo estado afora sua grande preocupação com esse tema.

Quero finalizar dizendo que o tema segurança pública em Santa Catarina continua sendo tratado com uma visão militarista e não de forma preventiva, visando ao processo educativo. Fala-se muito de experiências realizadas por organizações, associações, igrejas, como o trabalho que o padre Wilson Groh vem fazendo na Grande Florianópolis e outras experiências que existem pelo estado afora. Por que o estado não pode construir experiências na prevenção, na educação, na organização da sociedade, para trazer melhor segurança e

qualidade de vida às pessoas? Essa é a grande pergunta.

Infelizmente Santa Catarina foi um dos últimos estados a assinar o convênio e a articulação do Programa Nacional de Segurança Pública, que trata com muita seriedade a questão da prevenção, da educação como elemento de segurança pública. Lamentamos que neste estado haja tão poucos investimentos em políticas alternativas para a melhoria da segurança pública. Simplesmente tratamos segurança pública como fazíamos há centenas de anos. Lamentamos e precisamos avançar para termos uma segurança melhor no futuro.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de aproveitar para fazer uma registro.

Deputado Plínio Castro, v.exa. acompanhou nesta última semana, no município de São José dos Cedros, a assinatura de contratos construídos através do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA - com a Caixa Econômica Federal, numa parceria com a Crehnor, que também é uma instituição financeira. Foram 35 contratos com famílias que acessaram o programa Minha Casa, Minha Vida e que terão à sua disposição R\$ 25 mil a fundo perdido.

Agora, o que me chamou a atenção, e penso que não foi diferente com v.exa. que lá esteve, foi a participação não apenas das famílias agraciadas em São José dos Cedros, mas de outras famílias do município vizinho, Princesa. Vimos a alegria daquelas famílias em poder celebrar aquele momento extraordinário. Lembro-me que até nos emocionamos quando foi chamado um casal e um senhor de 70 anos teve a oportunidade de assinar o seu contrato. Foi extremamente forte, marcante, para aquela família porque, com toda certeza, se não fosse daquela forma, ela família não teria outra oportunidade de ter a sua casa.

Então, fiz questão de buscar a informação, porque aquelas famílias têm uma participação

mínima para poder entrar no programa. Se não me falha a memória, as famílias contribuem com R\$ 300,00 por projeto, para dar condições tanto à cooperativa de crédito como ao sindicato de viabilizar aquela ação.

O Sr. Deputado Plínio de Castro - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Deputado, venho com muita alegria comentar que v.exa. fala sobre um assunto muito importante, nesta tarde, dado o alcance que tem esse tipo de programa no meio rural.

Em nosso município foram contratadas 25 casas, como v.exa. bem colocou, pessoas com 70 anos de idade assinando contrato. Vamos fazer uma reflexão e pensar qual seria a expectativa desse senhor que chegou aos 70 anos e ainda precisa fazer um contrato com programa habitacional para adquirir a sua própria residência.

Creio que não tem nada que aumente a autoestima do cidadão do que ter o seu próprio endereço, a sua própria residência. E foi isso que ocorreu lá no município de São José dos Cedros, diga-se de passagem, graças à atuação eficaz, persistente, acima de tudo, do Sindicato da Agricultura Familiar daquele município, liderado pelo presidente Cláudio Talheimer. E ficamos muito felizes de poder presenciar aquele ato, sobretudo de dar o testemunho da alegria daquelas famílias em estar assinando o contrato para construir a sua residência.

E citei como exemplo que há pouco tempo, coisa de três anos ou quatro anos, contratamos com a Caixa Econômica 160 residências, num conjunto habitacional que lá está implantado. As residências de 60m² eram de primeira categoria, coisa de qualidade, e estão lá para quem quiser testemunhar. As casas foram construídas, e as pessoas estão residindo em um bairro com toda infraestrutura. Mas o orçamento há quatro anos era de R\$ 22 mil ou R\$ 23 mil. Então, com R\$ 25 mil aquelas 25 famílias ganharam sua casa.

Por isso, deputado Padre Pedro Baldissera, quero cumprimentá-lo por sua manifestação, pela importância que tem esse programa e pelo alcance social que tem. Somente quem é beneficiado sabe o que representa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Plínio de Castro. Incorporo a sua manifestação ao meu discurso.

Quero realçar novamente o alcance social desse programa do governo federal. Há pouco tempo se tinha recursos para uma série de atividades na roça, para construir galpões, chiqueiros, estábulos, mas não se tinha para a construção da casa própria. E v.exa. fala muito bem do quanto eleva a autoestima dessas famílias ter um endereço, ter a sua residência. Sem dúvida nenhuma, é um programa de alto alcance social.

Portanto, o nosso reconhecimento ao trabalho do sindicato dos pequenos agricultores de São José do Cedro, em parceria com o município de Princesa, juntamente com a Crehnor e a Caixa Econômica Federal.

Gostaria apenas de fazer a citação de que o ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, no último dia 15, ontem, fez o lançamento de um grande e importante programa no montante de R\$ 12 milhões, destinado a fomentar a construção de cisternas nos municípios atingidos pela estiagem no meio-oeste e no extremo oeste de Santa Catarina.

São R\$ 12 milhões que beneficiarão essas famílias que viveram e conviveram com a estiagem, para a construção de cisternas para o armazenamento da água. Que bom ter um programa extremamente importante e necessário para a nossa agricultura familiar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT, por um acordo com o PP.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero agradecer ao deputado Plínio de Castro por essa inversão de horário.

Venho à tribuna na tarde de hoje, srs. parlamentares e público catarinense, para falar o que tenho feito sistematicamente quando sou indagada sobre esse assunto. E nunca tive medo de defender essa pessoa em quem me espelhei durante a minha vida pública, que foi deputada estadual nesta Casa, uma deputada combativa, que foi senadora da República e hoje é ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Neste exato momento ela está depondo na comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Federal sobre as questões administrativas do ministério da Pesca. Sempre que indagada fiz a defesa da referida ministra, dizendo que ela era uma pessoa inocente nesse processo, como bem frisou. E tenho certeza de que neste momento a nossa ministra está tranquila fazendo os depoimentos necessários naquela comissão, mesmo porque uma certidão do Tribunal de Contas da União já a inocentou, dizendo que nada consta sobre a ministra Ideli Salvatti nos fatos relatados. Ela também foi inocentada pela Comissão de Ética da Presidência, que arquivou nesta semana as denúncias contra a ministra.

Então, fica aqui o registro já divulgado em toda imprensa nacional e catarinense da lisura da ministra Ideli Salvatti.

O que me traz à tribuna no horário do Partido dos Trabalhadores é fazer uma reflexão sobre dois temas importantes: a fala da presidente Dilma Rousseff ao lançar a ação Brasil Carinhoso e o destaque do Dia de Mobilização Nacional da Enfermagem pelas 30 Horas Semanais. Ambos envolvem carinho, cuidado e afeto na construção de novas relações sociais no mês em que comemoramos o Dia das Mães.

No domingo a presidenta Dilma Rousseff usou uma cadeia nacional de rádio e televisão para, de maneira inédita, falar com as mulheres brasileiras

e ressaltar o compromisso do seu governo em erradicar a pobreza e a miséria que envolve as crianças brasileiras.

A ação Brasil Carinhoso faz parte do programa Brasil Sem Miséria e será a mais importante ação de combate à pobreza absoluta na primeira infância já lançada no país. O primeiro eixo do programa deverá beneficiar cerca de quatro milhões de famílias, com a garantia de uma renda mínima de R\$ 70,00 a cada membro das famílias extremamente pobres que tenham pelo menos uma criança nessa faixa etária, sendo um reforço ao Bolsa Família.

Os outros dois eixos são o aumento do acesso dessas crianças à creche e a ampliação das coberturas dos programas de saúde para essas crianças, deputado Dieter Janssen, dando mais segurança a essas mulheres que precisam também trabalhar fora e querem um local seguro para deixar seus filhos.

O compromisso do governo é acabar com a miséria absoluta no país, e historicamente a faixa de idade na qual temos maior dificuldade de reduzir a pobreza é a de crianças de até seis anos de idade.

Vivemos em Santa Catarina uma situação de miséria menos grave do que a que atinge o norte e nordeste do país, onde se concentram 78% da pobreza absoluta das crianças. Mas no estado de Santa Catarina também temos famílias em extrema pobreza e miséria absoluta, e o governo federal, através do Bolsa Família, irá complementar no valor de R\$ 70,00 cada membro da família, podendo atingir assim um padrão de vida melhor para essas crianças e famílias.

Por essas razões, o Brasil Carinhoso, mesmo sendo uma ação nacional em parceria com os governos estaduais e municipais, terá reflexos no futuro das famílias beneficiadas. E quero aqui frisar que essa complementação de R\$ 70,00 vem do governo federal, do Programa Bolsa Família, e que as famílias de extrema pobreza que tenham crianças na faixa etária de até seis anos de idade serão beneficiadas.

O terceiro eixo é a ampliação do programa de controle da anemia e da deficiência de vitamina A, disponibilizando gratuitamente em unidades da Farmácia Popular também os remédios para asma.

Ações como essas podem favorecer a inserção no mercado de trabalho dessas mulheres que vivem na linha da pobreza absoluta, transformar crianças brasileiras frágeis em brasileiros saudáveis, com a cidadania assegurada por condições dignas de vida e saúde.

O programa Brasil Carinhoso também quer reduzir a questão da violência. Temos a informação de que o Disque 100, serviço que recebe denúncias de violência contra crianças e idosos em todo o país, somente em 2011 registrou 97.102 denúncias, das quais 84% relacionadas a violações dos direitos de crianças e adolescentes. Não somente violações sexuais, como também maus tratos e negligência.

De 2010 para 2011, o número de denúncias de abusos contra crianças e adolescentes subiu de 30.544 para 82.281. Temos muito ainda para construir, no sentido de termos um Brasil mais humanizado, mas já foi dado o pontapé inicial, já foram favorecidas muitas famílias e muitas crianças, mas há ainda uma faixa etária, uma parcela da nossa população que está desassistida.

Por isso o pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff no dia 13 de maio, dia em que comemoramos o Dia das Mães, foi no sentido de sanar esse problema vivenciado em nosso país e no estado de Santa Catarina.

Quando falamos de um Brasil que cuida de suas crianças, que acolhe seu futuro, significa falar também de outro grupo profissional que dispensa cuidados diuturnos para restaurar a saúde e o bem-estar das pessoas. Esses profissionais são os enfermeiros e enfermeiras, técnicos e auxiliares de enfermagem que na noite do dia 10 de maio estiveram reunidos em nosso plenário para a abertura oficial da 73ª Semana Brasileira de Enfermagem, cujo tema central este ano foi o seguinte: Compromisso Social, Participação e Lutas.

A minha formação profissional é a Enfermagem. E defendo muito essa categoria não somente por pertencer a ela, mas por fazer um trabalho de excelência no cuidado da vida, no cuidado das pessoas que estão diuturnamente trabalhando com os pacientes.

É uma profissão da qual me orgulho, mas sei que temos que evidenciar as nossas lutas em defesa de um piso salarial digno e da regulamentação da nossa jornada de trabalho, da nossa capacidade de articulação e da nossa responsabilidade com a assistência, assim como ressaltar a importância da enfermagem para a sociedade.

Quero dar os parabéns à atual diretoria do Coren/SC, à enfermeira Felipa Rafaela Amadigi, presidente daquele órgão, e em seu nome saúdo todos os profissionais enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Hoje, 16 de maio, é o Dia Nacional de Mobilização pela Implantação da Jornada de Trabalho de 30 Horas Semanais. E os enfermeiros aproveitaram os eventos deste mês para evidenciar a luta de 50 anos pela regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais.

Acreditamos que a regulamentação da jornada trará maior resultado na assistência aos pacientes que serão atendidos por profissionais qualificados, expostos a condições adequadas de trabalho, com segurança e qualidade de vida.

Essa luta é da categoria, é nossa, articulada com a bancada federal pela aprovação das 30 horas para a enfermagem brasileira. E como é uma luta justa, que está sendo reivindicada há muito tempo, tenho certeza de que o Congresso Nacional terá a sensibilidade de aprovar esse projeto.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigada, deputada.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, o motivo da nossa fala nesta tribuna é dar ciência a todos que acompanham nossos trabalhos da reunião que aconteceu ontem do Fórum Catarinense em Brasília.

Este deputado vem acompanhando *pari passu* esses acontecimentos, fazendo questão, inclusive, de estar nas reuniões com o ministro dos Transportes, quando o assunto é a duplicação da BR-280, que vem sendo tratada paralelamente à duplicação da BR-460.

Tenho estado nessas reuniões com o ministro e na penúltima delas foi dito textualmente que teríamos o projeto pronto no mês de abril e que imediatamente seria lançada a licitação para a duplicação da BR-280. Isso foi dito na última reunião que tivemos com o ministro dos Transportes. E o general parece-me que realmente entende da coisa e que pode falar de cadeira sobre essas questões. Ele fez, inclusive, uma explanação muito interessante da reunião que participei, dizendo que antes se fazia somente projetos básicos. E tivemos a oportunidade de ter duas licitações suspensas em Santa Catarina para a duplicação da nossa BR-280, por conta de projetos inacabados, de projetos que sequer tinham estudo sobre a questão do canal do Linguado, se seria uma ponte, se iriam abrir o Linguado ou o que fazer. E o general dizia, à época, ele que é um engenheiro civil especialista em construção de estradas, que agora, sim, eles iriam fazer um projeto contemplando a ponte sobre o canal do Linguado, assim como um túnel de mais ou menos um quilômetro na região de Guaramirim. Esse projeto, então, seria denominado projeto executivo.

Então, fui pego de surpresa com a reunião que aconteceu ontem, e tenho a impressão de que o deputado Darci de Matos também deve ter-se

surpreendido. Fiquei sabendo na sexta-feira, e a reunião foi ontem, mas já tínhamos compromisso agendado na nossa região, tanto eu quanto os deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes, e não pudemos estar presente para discutir um assunto que é fundamental para todos nós da região norte e nordeste de Santa Catarina, que é a duplicação da BR-280.

Agora veio uma nova explicação de que o projeto executivo já está praticamente pronto e a questão da ponte está resolvida, assim como a questão do túnel. Então, lá pelo mês de julho será lançado o edital de licitação.

Desde o final do segundo semestre do ano passado, depois da última reunião, diziam que as máquinas iriam roncar na BR-280, e eu dizia, à época, que não acreditava e que achava que essas máquinas iriam roncar somente em 2013, o que, na verdade, vai acontecer.

Isso ocorrerá porque até lá teremos o processo de licitação, o embargo de licitação, a discussão, e queira Deus que, mesmo com um pouco de atraso, tenhamos o início desse trabalho, porque essa já é uma promessa antiga.

A nossa presidenta Dilma Rousseff, quando ministra da Casa Civil, já dizia que em meio ano as máquinas estariam roncando aqui. O tempo passou, ela deixou de ser ministra, fez campanha, já é presidente e as máquinas ainda não estão roncando, não por falta de vontade dela, mas por causa da burocracia e também pelo bate cabeça de algumas cabeças coroadas do ministério dos Transportes, porque um entende que tem que fazer de um jeito e o outro que tem que fazer de outro.

Parece-me que esse pessoal fazia projeto para construção de estrada no rascunho, de qualquer jeito, mas agora a coisa está séria e existe um projeto executivo contemplando todos os problemas da possível duplicação, no qual consta a ponte sobre o canal do Linguado, com mais ou menos um quilômetro de extensão, na região de Guaramirim.

Então agora, quem sabe, veremos finalmente as máquinas roncarem em nossa região.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PSD.

(Pausa)

De acordo com permuta de horário feita entre o PT e o PP, ocupará a tribuna, neste momento, o sr. deputado Plínio de Castro, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero dizer que utilizo este espaço do Partido Progressista para retomar um assunto que tem causado muito transtorno ao nosso estado, sobretudo ao oeste catarinense, que ainda sofre com os rastros da estiagem ocorrida no final de 2011 e no primeiro trimestre deste ano.

Caríssimo presidente, deputado Reno Caramori, na manhã de hoje estivemos em reunião com a direção da Fetaesc, representada pelo seu presidente, Walter Dresch. Da mesma forma, estivemos também reunidos com o presidente da Faesc, o ex-deputado José Zeferino Pedroso.

No último final de semana conversamos com direção dos sindicatos de produtores rurais da nossa região, conversamos com gerentes de cooperativas de crédito da nossa região. E fizemos, na semana passada, uma ampla pesquisa para saber de todas as medidas até aqui editadas pelo governo do estado de Santa Catarina e pelo governo federal para amenizar os efeitos, sobretudo econômicos, da última estiagem em nossa região.

Recebemos, da mesma forma, um apelo de diversos sindicatos do oeste de Santa Catarina, que estiveram reunidos no início deste mês para um manifesto do sindicato do extremo oeste. Fizemos uma avaliação dos efeitos da estiagem e relataram, deputado Daniel Tozzo, boa parte das consequências que atingiram a nossa região. E, acima de tudo, fizeram várias reivindicações às autoridades

catarinenses e brasileiras, sobretudo à Câmara Federal, à Assembleia Legislativa, ao ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, ao Banco do Brasil e ao Banco Central.

Nós fizemos uma análise de todas as medidas até aqui editadas pelo Banco Central referentes à renegociação de dívidas de custeio e de investimento dos produtores rurais, e verificamos que nenhuma delas restabelece ou dá um norte sobretudo ao pequeno produtor rural de Santa Catarina e do oeste catarinense. Não conseguimos visualizar, repito, em nenhuma delas, alguma coisa que possa fazer o produtor de Santa Catarina deitar-se e dormir sossegado, por saber que seus débitos em função da estiagem deste ano serão renegociados com os agentes credores.

Portanto, quero convidar os demais deputados da nossa região e os demais parlamentares de Santa Catarina que conhecem a nossa realidade, para se associarem a esse pedido a que demos entrada na comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, solicitando a realização de uma audiência pública no extremo oeste, para discutir com os produtores rurais, com as suas federações, com as autoridades do Legislativo que representam o nosso estado, com os agentes credores, com os bancos e com as cooperativas de crédito.

Fizemos diversos apelos e tenho consciência de que o estado tomou uma série de medidas que vieram ao encontro das dificuldades do produtor rural de Santa Catarina. Mas tenho consciência de que precisamos chamar o governo federal também, porque além das medidas que já editou, precisamos sentar com os agentes financeiros e renegociar a dívida, estabelecendo prazo de pagamento. Porque se renegociarmos por apenas um ano, apenas estaremos dando condição do produtor rural passar mais um ano sem dormir.

Na semana passada o Banco Central editou uma medida na linha do Pronaf, com dez anos de prazo, com rebate de 40%, para atender aos nossos irmãos do nordeste do nosso país, que também passam por dificuldades. Mas aqui representamos o oeste

catarinense, representamos Santa Catarina, a região sul do nosso país, que também passou por dificuldades.

Por isso mais uma vez faço um apelo a todos os parlamentares de Santa Catarina, para que juntemos as nossas forças, unifiquemos as nossas reivindicações, para chegarmos aos ministros e, sobretudo, à Presidência da República para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD. Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhores e senhoras, vou tratar de um assunto no espaço do meu partido e com certeza o eminente deputado Nilson Gonçalves, que representa Joinville e o norte de Santa Catarina, deverá fazer um aparte para clarear ou dar uma contribuição ao que vou levantar neste momento.

Sr. presidente, isso diz respeito a um acontecimento recente que nos deixou preocupadíssimo, principalmente os municípios de Araquari, Barra do Sul e São Francisco do Sul. Em 2009, tínhamos uma portaria que suspendia os procedimentos demarcatórios de áreas indígenas nesses três municípios. Há poucos dias uma nova portaria revogou a que havia suspendido os procedimentos demarcatórios, deputado Mauro de Nadal. Não sei se v.exas. têm problemas com áreas indígenas no oeste, mas há na região de Rio do Sul também.

Pois bem, com a suspensão dessa portaria, a Funai tem condições, e já está tomando as providências devidas, para fazer a demarcação física de uma área de aproximadamente, deputado Ciro Roza, nove mil hectares. Isso para atender em torno de 250 índios que não são nativos da região, pois quem conhece a história sabe que naquela

região, no passado, nunca houve índios guaranis. Eles, no máximo, passaram por ali. Não é, deputado Nilson Gonçalves?

São alguns índios paraguaios que foram trazidos pelo grande padre Fachini, um homem de sensibilidade aguçada que ajuda muito os pobres. Uma família de paraguaios foi alojada ali, vieram os parentes, os amigos, e hoje são 200, 250 pseudo-índios alojados em Araquari, Barra do Sul e São Francisco do Sul.

Muito bem! A grande questão é que, deputada Dirce Heiderscheidt, absurdamente, a legislação brasileira dá a possibilidade de servidores de terceiro escalão realizarem demarcação de área indígena, numa articulação com a Funai, com relatórios de ONGs que são contratadas pela Funai, enfim, num grande conluio.

Enquanto não for aprovado - passou na comissão de Justiça, parece-me - um projeto dos deputados Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro, que remete ao Congresso Nacional a demarcação de área indígena, estaremos sujeitos, deputado Edison Andrino, v.exa. que foi deputado federal, à ação de servidores federais de terceiro escalão, que é o que está acontecendo em Araquari.

Isso é um absurdo! São nove mil hectares de terras agricultáveis, deputado Neodi Saretta, terras que têm escritura, que têm fé pública, escrituras que foram concedidas por cartórios públicos, e a legislação, deputado Edison Andrino, diz que, com a desapropriação, os proprietários - porque a escritura não vale mais, não sei onde está o direito à propriedade neste país - irão receber tão somente a indenização das benfeitorias. Se o cidadão é proprietário de 1.000ha e tem uma casinha que vale R\$ 50 mil, receberá somente R\$ 50 mil. Isso é um absurdo! É um desrespeito com o norte e com todos nós.

O deputado Nilson Gonçalves é o presidente do Fórum Parlamentar Permanente de Defesa dos Agricultores que estão sendo prejudicados e também de defesa dos índios, porque nós não somos contra os índios, os índios são seres humanos, eles têm que ser alojados, mas por que eles têm que ser

alojados, deputado Nilson Gonçalves, nas terras agricultáveis, nos nove mil hectares de terras agricultáveis, com títulos públicos, na região de Araquari? Eles que sejam alojados nas terras do governo, em áreas de mata, onde possam, de acordo com a sua cultura, viver. Essa é a grande discussão!

Gostaria de dizer que há poucos dias um proprietário de terras na divisa dessa área que deverá ser demarcada, iniciou um empreendimento com a terraplenagem. Imediatamente a Funai denunciou, e a Polícia Federal esteve lá e prendeu os equipamentos.

Araquari é o município que mais cresce no Brasil! Nós estamos na iminência de alojar a BMW, que vai ser o maior investimento econômico da história de Santa Catarina, num faturamento de R\$ 7 bilhões por ano. Vamos atender a toda América Latina. Os alemães são muito criteriosos e estão tratando com muito cuidado essa questão de impostos, de benefícios e de meio ambiente.

Estamos num processo extremamente avançado para receber a BMW, mas poderemos perder os investimentos da BMW em Araquari em consequência dessa absurda demarcação de terras indígenas.

Concluo, deputado Nilson Gonçalves, dizendo que é muito simples: a Constituição de 1988 definiu que somente podem ser demarcadas como áreas indígenas aquelas que já eram habitadas antes de 1988. Meu Deus do céu, deputado Mauro de Nadal, sabidamente esses índios guaranis que se alojaram aos poucos em Araquari vieram após 1988. E qualquer advogado iniciante pode fazer uma petição e resolver juridicamente. Mas não! Como no Brasil as coisas são complexas, são difíceis, estamos correndo o risco de sofrer um grande revés em termos de investimentos econômicos e de causar uma grande injustiça com os mais de 100 agricultores centenários que estão produzindo e têm suas escrituras públicas nos municípios de Araquari, São Francisco do Sul e Barra do Sul.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Com muita honra ouço o deputado Nilson Gonçalves que preside o fórum permanente que trata desse assunto.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Não é de hoje, deputado Darci de Matos, que estamos trabalhando e procurando, de alguma forma, encontrar uma alternativa para essa questão.

Bem falou v.exa. sobre a questão dos investimentos na região de Araquari. Muitos empreendedores estão colocando o pé no freio nas arrumações justamente por conta desses problemas. Não é somente a BMW, temos também a própria questão do aeroporto que está para ser instalado em Araquari, mas que está em compasso de espera, porque não se sabe que rumo irá tomar essa demarcação absurda rasgando escrituras públicas legítimas, fazendo um novo mapa para Santa Catarina. Esta é a verdade: estão criando um novo mapa no norte e nordeste do estado. É uma coisa ridiculamente absurda.

A pessoa que mais entende de índio é o nosso querido padre Luiz Fachini. Nós o chamamos para conversar, pois é ele que todos os meses leva comida para esse pessoal, leva cestas básicas para os filhos dos índios; leva os índios para o hospital, para as enfermarias, seja lá para onde for. É o padre Fachini que está à frente disso, cuidando.

Quando criamos o fórum permanente, imediatamente procuramos conversar com o padre Luiz Fachini, pois era quem dominava o assunto e no seu entendimento e no meu existem umas pessoas com cara de índio e até podem ter alguma descendência, alguma origem indígena, mas muitos não o são, e a maioria é itinerante. Se você procurar saber dos índios que havia lá há três anos, a metade já não está mais lá. São ciganos, é normal, pela cultura deles, ficam num determinado lugar, depois vão para outro.

O padre Fachini se reuniu conosco e ele mesmo disse que era um absurdo o que estavam fazendo. Temos uma gleba de terras naquela região que não irá atingir nenhum proprietário, porque é terra pública e serviria de acomodação perfeita para

todos os índios, numa localidade que não tem um nome bom, mas é boa, chamada Inferninho. Essa localidade poderia abrigar os índios, pois a terra é fértil, tem tamanho geograficamente de acordo com o número deles, sem problema nenhum.

Já estivemos em Brasília conversando com todas as partes interessadas e com o Fórum Parlamentar Catarinense, que ficou de dar andamento àquela conversa, mas as coisas pegaram outro rumo em nível jurídico. Pensava-se que de forma jurídica as coisas iriam resolver-se, mas agora estamos vendo que não, que irá dar problema.

Tivemos uma conversa com o padre Fachini no seguinte sentido: ele assinaria junto com o cacique da tribo da região um termo, no qual constaria que a localidade Inferninho, que abrange um número "x" de alqueires de terra, seria suficiente para eles serem acomodados.

Então, essa é uma declaração que ele iria fazer conjuntamente com o cacique, que é a pessoa que os representa. E teríamos então uma reunião em Brasília, juntamente com o Fórum Parlamentar Catarinense e as pessoas interessadas, para chegar ao ministro e dizer: "Está aqui, ministro! Está escrito aqui, ministro, que eles só querem aquele pedaço, uma vez que não têm condições de administrar o resto. Eles só querem aquele pedaço". E estamos aguardando.

Houve agora outro desfecho, o desfecho jurídico que vai atropelar todos os entendimentos, porque agora eles querem demarcar. Vão criar um novo mapa geográfico de Santa Catarina na região norte e nordeste. Isso é uma loucura incrível, um verdadeiro absurdo!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Deputado Mauro de Nadal, por favor.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Darci de Mattos, na verdade, a insegurança jurídica que isso traz é muito grande. Além da insegurança jurídica, há também o desgaste emocional das famílias que estão ali, que habitam aqueles locais

há muitos e que têm escritura pública com fé pública.

A Funai tem poder excessivo para ditar regras, passando por cima, inclusive, do ministro da Justiça, que acaba às vezes sendo tomado de surpresa em função de assinaturas em termos que, na verdade, desapropriam os legítimos donos das propriedades.

Não temos aversão ao trabalho da Funai, mas precisa haver mais um pouco de regramento. A própria Constituição Federal de 1988 estabelece que terras tradicionalmente ocupadas são aquelas que já estavam ocupadas no advento da Constituição.

Então, juridicamente não cabe questionamento quanto a isso. Agora, o que precisamos é pôr limites em tudo isso, porque em Santa Catarina, se não me falha a memória, há mais nove pedidos de reservas e 14 solicitando ampliação de terra. Isso é algo que acaba assustando. Lá em Chapecó, por exemplo, metade da cidade vai pertencer à aldeia kaingangue, se assim for determinado pela Funai, e isso gera insegurança, como foi dito pelo deputado Nilson Gonçalves, para os novos investimentos nos municípios catarinenses.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Concluo, sr. presidente, fazendo uma sugestão aos deputados, aos membros do Fórum e especialmente ao deputado Nilson Gonçalves que preside o fórum, para que possamos juntamente com a Associação dos Agricultores Atingidos marcar, sr. presidente, uma audiência através do Fórum Parlamentar Catarinense que é presidido, parece-me, pelo deputado Edinho Bez, com o ministro da Justiça, para tratar desse assunto com o apoio do governador porque, deputado Elizeu Mattos, é um assunto da maior importância para Araquari, para a região e, sobretudo, para a economia do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Só para ressaltar, deputado Darci de Matos, que o presidente do Fórum Parlamentar Catarinense é o deputado federal Décio Lima.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Correto, deputado.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos e em função da permuta do PSD com o PMDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, amigos e lideranças do sul que prestigiam na tarde de hoje o Parlamento catarinense, que vêm a trabalho: Lili Cabreira, secretária municipal de Içara, o meu afilhado Wagner Pizzetti, secretário de obras, o Murilo que faz um trabalho exemplar às autoescolas de Santa Catarina. É uma tarde extraordinária quando essas lideranças, que vêm a trabalho da sua região, dos seus municípios, prestigiam a sessão.

Estivemos com o presidente do Deinfra reclamando e reivindicando o retorno de Içara, que compõe a BR-101. Desde o primeiro momento foi uma vergonha essa questão e continua sendo. A BR-101 têm-nos dado alguns momentos de alegria, mas alguns de tristeza, uma vez que vidas continuam sendo ceifadas lá. Essa questão tem muitos episódios, dá uma novela, porque uma obra de 350km não pode levar dez anos, 15 anos. Mas, infelizmente, estamos passando por este momento.

No Rio Grande do Sul, as obras estavam atrasadas, pediram-me para ajudar, e eu participei de reuniões em Osório, Terra de Areia, Três Cachoeiras. Aí as empresas ruins foram tiradas. Vieram outras grandes. Quer dizer, no lado do Rio Grande do Sul está tudo adiantado, e em Santa Catarina, onde as obras estavam mais adiantadas,

está-se arrastando nos banhados, no barro e nos buracos.

Hoje, pela manhã, o deputado Valmir Comin fez uma pregação do que passamos, porque somos questionados pelos empresários e não temos resposta para dar. Desde o primeiro momento, venho denunciando as obras do trecho de Içara, dizendo que não têm qualidade. E a obra já foi reformada, sem ser entregue à sociedade. Quer dizer, não há a qualidade que se esperava. O projeto de engenharia é de primeiro mundo, mas se a obra não tem qualidade o projeto acaba comprometido. Além disso, as obras dos lotes 25 e 29 continuam se arrastando, não terminaram. Felizmente as máquinas estão trabalhando um pouquinho mais rápido.

Mas a empresa que se instalou para fazer a ponte de Laguna, que contratou 900 trabalhadores, teve que mandar todos embora, porque não havia licença ambiental.

Então, acho que moro num país que não conheço. Como se entrega uma ordem de serviço para uma empresa sem a licença ambiental para executar a obra? Eu acho que é um negócio muito complicado. E a população fica em busca de uma resposta, de uma solução para as obras nesses gargalos, no Morro do Formigão, em Tubarão, na ponte da Cabeçada, em Palhoça, cujo projeto não foi nem licitado. E não sei se está concluído ou não, porque não há ordem de serviço. Inclusive em Paulo Lopes há um túnel que não chega a 500m e que não se concluiu faz dez anos. Iria abrir, mas fechou de novo. Eu ainda não fui ver, mas parece que já estão passando.

Então, é preciso, sim, que a comissão de Transportes e Obras chame também a representação de Santa Catarina, no Congresso Nacional, o DNIT, o ministério dos Transportes, porque precisamos trabalhar em busca de uma solução para que essa obra, porque são somente denúncias, como ocorreu com o ministério dos Transportes. São denúncias, porque não realiza.

Acho que é preciso, sim, tomar algumas medidas. E acredito, deputado Valmir Comin, que somos tratado não como segunda região, mas como terceira região. Mas não dá para absorver e não dá

para concordar com essa situação. Quando é para lá, as obras não acontecem.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, primeiro parabênzo v.exa. que tem sido um aguerrido, um dos maiores contundentes debatedores com relação a todo histórico, a todos os procedimentos licitatórios e às reivindicações com relação à BR-101.

Na parte da manhã tive a oportunidade de fazer um pronunciamento nesta Casa colocando e destacando uma manifestação da presidente Dilma Rousseff, que tenho dito sempre que tem feito um grande governo, em nível de governo federal, e disso a sociedade é reconhecedora, a exemplo do que o presidente Lula fez, mas tem deixado a desejar com relação à questão da duplicação do trecho sul da BR-101. E mostrei em áudio a colocação dela, o seu compromisso perante uma emissora de rádio da nossa região, dizendo que no governo anterior não foi possível concluir a BR-101, mas que nos primeiros meses do seu governo ela assim o faria. Mas é passado mais de um ano, já chegando a um ano e meio, e nada de solução relacionada à BR-101.

O Gasbol foi executado em tempo recorde, fazendo detonações, e na época achavam que tinha caído avião por lá, em função do barulho das explosões. Foram cortando trechos, detonando, fizeram tudo, por uma questão emergencial e crucial para o desenvolvimento do Brasil.

A BR-101 pode não ser contexto do cenário geral do país, mas é corredor do Mercosul, é a linha mestra, precursora do desenvolvimento, do escoamento da produção catarinense. Por essa razão fizemos a nossa manifestação nos microfones dessa Assembleia Legislativa com relação às colocações e ao compromisso da presidente Dilma Rousseff para com a BR-101.

Está de parabéns v.exa.!

Agora, o governo do estado precisa capitanear esse processo, a exemplo do que fez o ex-

governador no Rio Grande do Sul e também o atual, que capitaneou o processo e executou todo o trecho sul. Não diferente tem que acontecer aqui no estado de Santa Catarina.

Parabenizo v.exa.!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço ao deputado.

Entendo que todos nós ainda somos poucos para lutar pela nossa região, porque além da BR-101 temos a BR-285. Luto pela BR-285 há 29 anos e tenho 30 anos de vida pública.

Às vezes, as pessoas riem quando falo na imprensa que em Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Vacaria, Bom Jesus, Passo Fundo, Erexim, Carazinho, São Borja, Argentina eu me reuni para tentar resolver a questão da BR-285. Só falta agora uma questão 25Km de serra. Faz três anos que está no PAC 1, PAC 2.

Se estava no Orçamento, o que está faltando? A licença ambiental.

O Ibama fez uma audiência pública em Timbé do Sul, com casa cheia, e disse que não poderiam assumir um compromisso de imediato, porque precisavam de seis meses para estabelecer a licença. Todos ficaram insatisfeitos, porque eram seis meses. E sabe o que aconteceu? Faz um ano e seis meses que mentiram para a nossa população, para a nossa região. Não cumpriram, mentiram, enganaram a nossa região.

É uma obra que liga Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, faltam 25 km, apenas falta a licença ambiental, mas ela não sai. Fomos enganados pelo próprio Ibama, e essas questões não podem ficar de graça.

Outra obra que lutamos há 20 anos é a Serra do Faxinal, na Cidade dos Cânions, Itaimbezinho, a maior beleza natural do mundo, não tem no mundo beleza natural como Itaimbezinho e Cidade dos Cânions em Praia Grande. Começamos a obra com a licença ambiental, tudo certinho e conseguimos fazer 8km. E uma promotora pública federal entrou com uma ação, em razão de dois casais de perereca, e a obra está parada. E ainda vou responder a um processo, porque disse que graças à perereca da

promotora a obra parou. Esse processo é na Polícia Federal. Mas não tem problema. É, eu iria ajudar a BR-282, porque o deputado Romildo Titon pediu, mas ainda vamos fazer isso.

O nosso povo é trabalhador, ordeiro, paga os impostos.

O ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, assumiu o compromisso de entregar a ordem de serviço, comigo, lá em Itajaí, em Navegantes. Entregou a ordem de serviço, queria cumprir no mandato dele, mas não deu, infelizmente, nem no segundo mandato. E a presidente Dilma Rousseff assumiu que faria no primeiro momento, mas também está empacada, porque nem os gargalos foram licitados.

Então, é algo que precisa balançar. Será porque é do sul? Será que nós não temos prestígio? Será que está faltando prestígio político para concluir obras que são fundamentais?

Tenho dito ao nosso governador Raimundo Colombo que para todos os projetos que vierem da região serrana não precisa nem falar comigo, pois votarei favorável. Mas tenho que lutar pela minha região, assim como o deputado José Nei Ascari, o Dóia Guglielmi, um time que trabalha dia e noite, para tentarmos recuperar a segunda região mais pobre de Santa Catarina.

Somos considerados não como segundo escalão, mas como terceiro escalão da região sul, porque quando chegam as obras, elas não saem e não vão.

Portanto, é preciso, sim, lutar. Eu já respondi a quatro processos da Polícia Federal por causa daquelas paralisações. E acho que vou ter que fazer uma paralisação em cima daquela ponte de Laguna e fazer o Exército abrir, porque se eu quiser somente o Exército para abrir. Não tem dúvida nenhuma, estou acostumado e mais um processo, deputado Ciro Roza, não tem problema. Em defesa do povo não temos medo de responder a nenhum tipo de processo.

Será uma luta permanente em busca de soluções. Não estamos aqui trabalhando para usufruir. Queremos defender a sociedade que foi lá e depositou o seu voto nas urnas, na esperança de

respostas, de melhor qualidade de vida, de melhoria de uma região. É com esse espírito que estamos trabalhando aqui, às vezes em cima do limite, para buscar os resultados que são fundamentais para resolver aquela região.

Eu já perdi o cabelo em cima da Interpraias e vou perder o resto dos cabelos, porque essa obra é a mais importante de Santa Catarina para o turismo sem chaminé. O Rio Grande do Sul fez aquele investimento e, hoje, a região que mais cresceu foi a da estrada do mar. Nós queremos fazer a Interpraias para chegar à Palhoça, deputada Dirce Heiderscheidt, mais rápido.

Então, pedimos a todos os parlamentares que ajudem a região sul do estado a se desenvolver, que ajudem a região serrana a se desenvolver. Eu não sou da região serrana, mas qualquer projeto da região serrana estou pronto e preparado para aprovar, porque entendo que essas duas regiões são fundamentais para gerar renda, emprego, qualidade de vida, porque essa é a nossa luta no Parlamento catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0067/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0125/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0220/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0261/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Informamos também que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0043/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado.

Outrossim informamos ainda que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0021/2012, 0044/2012, 0055/2012, todos de autoria de entidade social.

Temos quatro mensagens de veto e consulto os srs. líderes se votaremos no dia de hoje.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0445/2012, que dispõe sobre veto parcial ao PL. 0025/11, que altera a Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do deputado Manoel Mota.

Será retirado de pauta.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0446/2012, que dispõe sobre veto parcial ao PL n. 0542, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.510, de 2011, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - Revigorar III - e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do deputado Gilmar Knaesel.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, com respeito ao meu companheiro deputado Gilmar Knaesel, o governo recomenda a manutenção do veto, porque na realidade a emenda do deputado Gilmar Knaesel é uma proposta feita ao Revigorar, que permite que empresas que já renegociaram suas dívidas entrem de novo no Revigorar.

Por isso é que o governo solicita a manutenção do veto.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, a nossa emenda que foi vetada pelo governador na verdade já está superada, mas voltará numa próxima oportunidade.

Portanto, não tenho dificuldade nenhuma de manter o veto do sr. governador, como autor da emenda. Concordo com o líder do governo nesta Casa, em que pese que no momento da apresentação a emenda fosse muito importante, mas agora já perdeu a eficácia, já perdeu o prazo de validade.

Portanto, não há dificuldade em manter o veto do governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está em votação.

Os deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

A votação será por processo eletrônico.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	votou
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	votou
DEPUTADO DARCI DE MATOS	votou
DEPUTADO DIETER JANSSEN	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	votou
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	votou

DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	votou
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	votou
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO VALMIR COMIN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Votaram 23 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 21 votos "sim" e dois votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação da Mensagem n. 0493/2012, que dispõe sobre veto parcial ao PLC n. 0032/2011, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que altera a Lei Complementar n° 496, de 2010, a Lei Complementar n° 297, de 2005, e adota outras providências.

Essa mensagem de veto não será votada hoje em função de acordo que está sendo construído com os servidores daquela Casa.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0537/2012, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0443, de 2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que regula a venda de produtos e serviços de *telemarketing* no estado de Santa Catarina.

Srs. deputados, há um acordo dos srs. líderes para que seja retirado de pauta o veto, pois é necessário quórum qualificado.

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa. concorda com a votação ou quer que a matéria seja retirada da pauta da Ordem do Dia?

(O deputado pede a retirada da matéria.)

Atendendo, então, ao pedido do deputado Nilson Gonçalves, está retirado da pauta da Ordem do Dia o presente veto.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s. 0218/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0129/2012, 0220/2012, 0222/2012, 0223/2012, 0224/2012 e 0225/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0226/2012 e 227/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0228/2012, 0229/2012 e 0230/2012, de autoria do deputado Dieter Janssen; 0231/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, e 0232/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s. 0503/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0504/2012, de autoria do deputado Dado Cherem; 0505/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0506/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, 0508/2012, 0509/2012 e 0510/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0512/2012, 0513/2012 e 0514/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0515/2012, de autoria do deputado Daniel Tozzo; e 0516/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

A Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0507/2012, de autoria do deputado Dieter Janssen, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Brasil Telecom - Oi, pedindo a instalação de uma torre de antena de telefonia celular no bairro Rio Branco, no município de Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0511/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem ao superintendente regional do INSS de Santa Catarina, pedindo manifestação quanto aos procedimentos realizados pela perícia médica no município de Jaraguá do Sul, em favor dos trabalhadores com direito ao auxílio doença.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0023/2012, de autoria do deputado Plínio de Castro, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando que gestione no ministério da Agricultura e ao ministério das Relações Exteriores no sentido de que a República argentina suspenda ou reduza as barreiras nas importações de carne suína do Brasil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, imprensa e todos que estão acompanhando esta sessão, quero associar-me, nesta tribuna, neste momento, às inúmeras homenagens que estão sendo feitas em nosso estado a um dos políticos mais

importantes da nossa história, o dr. Jorge Konder Bornhausen.

Mesmo não gozando da sua intimidade pessoal e também não sendo seu correligionário no momento, mas no passado o fui, sinto-me à vontade de assomar à tribuna e dizer que também reconheço o dr. Jorge Konder Bornhausen como um dos políticos mais importantes do nosso estado.

Aprendi a admirá-lo em minha infância, junto ao meu falecido pai, correligionário da UDN, quando os dois militavam na mesma agremiação partidária. Posteriormente, com o falecimento do meu pai, quando entrei na vida política pelo PDS, ele também fazia parte dessa agremiação partidária, e naquela ocasião sempre tivemos uma relação próxima de respeito.

Mas o fato maior que me fez ter por ele uma admiração muito grande foi no momento mais difícil da minha vida pessoal, que foi o falecimento do meu querido pai. Naquela época, o dr. Jorge Konder Bornhausen era governador do estado e foi extremamente solidário, especialmente no momento em que ele estava doente, ao colocar-se pessoalmente à disposição para auxiliar no que fosse possível. Posteriormente ao seu falecimento, participei de uma audiência com ele como governador do estado, juntamente com minha mãe, e ele nos deu um grande apoio naquele momento difícil da nossa vida.

Sr. presidente, Jorge Konder Bornhausen participou de momentos marcantes da história política de Santa Catarina. Quando foi governador do estado teve uma atuação destacada na área da saúde, da educação e, lembro-me muito bem, deputado Dieter Janssen, na área de esporte, ocasião, acho, em que Santa Catarina teve o maior número de ginásios de esporte constituídos nos municípios, dentro de uma ação política em que o esporte e a educação caminhavam juntos. Lembro-me de inúmeros ginásios de esporte que foram construídos sob sua gestão e que estão hoje ainda servindo ao esporte catarinense, principalmente nos municípios menores, mais distantes dos grandes centros.

Mas acho que o exemplo mais marcante do dr. Jorge na política é a sua parceria, sua palavra dada nos compromissos políticos, que sempre foi honrada. Mesmo fazendo parte de outro partido político, mas convivendo em coligações, todos nós, catarinenses, sabemos que esse talvez seja um dos maiores trunfos de um homem público: a sua palavra. E essa é uma marca que o dr. Jorge Bornhausen deixa para todos nós.

Em nível nacional teve seu importante destaque como ministro e como senador, num momento importante da nossa vida política, a redemocratização. E no momento em que o PFL foi criado, ele foi uma figura destacada, talvez um dos mais importantes articuladores da eleição de Tancredo Neves para presidente da República, junto com José Sarney, e acabou sendo ministro naquele momento, representando o nosso estado, o que fez muito bem.

Temos muitos bons exemplos a seguir. Portanto, quero cumprimentar todos que tiveram a iniciativa de homenageá-lo aqui no estado, através de inúmeras ações que estão sendo feitas. Pessoalmente não pude participar, por uma questão de agenda, e recebemos o convite, mas a imprensa tem noticiado com muito destaque e acho que é muito relevante para nós, políticos de Santa Catarina, essa homenagem ao dr. Jorge Bornhausen, à qual quero me associar aqui da tribuna.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Cumprimento v.exa. pelo assunto que traz a esta tribuna na tarde de hoje.

Sr. deputado, quero dizer que a homenagem feita é merecida. E tive a honra, na primeira eleição de Raimundo Colombo ao senado, de estar com o dr. Jorge em Araranguá, quando lhe prestei uma homenagem, porque na minha vida sempre prezei pela lealdade, e o dr. Jorge tem esse espírito. Nunca o vi deixar nenhum companheiro no meio do caminho.

Evidentemente que ele tem um trabalho extraordinário prestado no Congresso Nacional, no governo federal e no de Santa Catarina; então, esta é uma homenagem justa e reconhecida.

V.Exa. falou sobre o Tancredo e o Sarney, uma questão que nos marcou muito, porque depois o Sarney foi presidente da República, assim como Ulysses Guimarães, pessoas que marcaram a história da nossa política, porque prestaram relevantes serviços ao nosso país. E isso tem que ser reconhecido.

Então, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço o aparte de v.exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não, meu líder. Com certeza a nossa bancada, o nosso partido PSDB reconhece também os tributos ao dr. Jorge.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Nobre deputado, em nome da nossa bancada, o PSDB, quero associar-me ao seu pronunciamento e dizer também que o dr. Jorge sempre foi um grande parceiro do nosso partido na construção de uma melhor qualidade para o nosso país. Ele buscou incessantemente a abertura democrática, depois de um período de exceção, e também foi parceiro junto com seu partido do projeto do PSDB em nível nacional, em 1994 e 1998. E o resultado está aí.

Eu também não pude estar presente à homenagem, por motivos pessoais, mas justifiquei a ausência aos seus familiares, mas tive oportunidade à época de dizer como foi justa e importante essa homenagem, pois com certeza o dr. Jorge deixou algumas marcas na vida pública, como a habilidade política, que lhe é muito forte. E a sua gestão também foi muito importante e, acima de tudo, soube ser fiel aos seus fiéis. Essa é uma marca muito boa para se cultivar na vida política.

Então, em nome da bancada do PSDB também queremos-nos solidarizar e dizer que, com certeza, a homenagem é justa e merecida.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, meu líder, deputado Dado Chereim.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Gilmar Knaesel, parablenzo v.exa. por ter abordado esse tema relacionado a essa grande figura, a esse grande estadista, um homem que foi um grande governador, senador e ministro e que participou das grandes decisões deste estado e deste país, a quem tenho a satisfação de cumprimentar e dizer que o caracterizo como um homem de palavra e de posição em todos os momentos, em tudo que é acordado. Enquanto aqui estive como parlamentar, sempre o dr. Jorge cumpriu tudo o que prometeu. Por essa razão parablenzo v.exa., deputado Gilmar Knaesel, em nome da bancada progressista, e reitero o nosso apoio ao sempre político dr. Jorge Konder Bornhausen.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Agradeço as suas palavras, deputado Valmir Comin, e incorporo-as ao meu pronunciamento.

Lembro-me da primeira eleição de que participei juntamente com o deputado Manoel Mota e o deputado Reno Caramori, pois somos os decanos desta Casa. Em 1990, ainda muito jovem e desacreditado das possibilidades de eleição, quando em uma reunião com a alta cúpula cogitando o meu nome e avaliando as chances da minha candidatura, o dr. Jorge disse: "Apostem e abram os olhos porque esse menino chegará à Assembleia Legislativa."

E acabou tudo dando certo, o dr. Jorge Bornhausen fez um ótimo prognóstico.

Voltando às homenagens feitas ao dr. Jorge, quero associar-me a elas e tenho certeza de que da mesma forma outros deputados desta Casa gostariam de fazer o mesmo, porque o dr. Jorge, além de ser um homem de palavra, é um político humanista, e acho que é essa característica que o difere do pragmatismo dos outros políticos, porque ele faz política olhando o ser humano.

Então, cumprimento o dr. Jorge Bornhausen na passagem dos seus 30 anos de política.

Muito obrigado!

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

(Pausa)

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência gostaria de agradecer a colaboração dos servidores desta Casa, especialmente daqueles que trabalharam no plenário, do pessoal da Polícia Militar que nos deu a devida segurança, dos funcionários da TVAL, das nossas assessoras da Mesa Diretora sempre simpáticas e atentas a tudo e do telespectador que nos brindou com a sua audiência até o presente momento.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.